

ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra a presença da Sociedade Esportiva e Recreativa e Cultural Guarani, conhecida como Guarani de Palhoça, que se encontra em nosso ambiente, na tarde de hoje, nesta Casa, comemorando, depois de muito esforço e trabalho, a conquista da vaga para a Série A do Campeonato Catarinense para 2015.

Então, esta casa, parabeniza toda à equipe e seus integrantes pela conquista, e desejamos, sem dúvida nenhuma, muito sucesso nesta caminhada no ano de 2015. Aproveito para parabenizar pelo também pelo engajamento de vocês no Novembro Azul.

Parabéns pela caminhada e pelo testemunho, ao mesmo tempo, pela presença de vocês neste nosso ambiente.

Sejam bem-vindos!

Gostaríamos também de registrar a presença do vereador Nelson Klein, de Itapiranga, divisa com o nosso querido estado do Rio Grande do Sul, divisa com a Argentina, e também da diretora geral da Câmara, Anelise Eich.

Sejam bem-vindos a este Parlamento. Vieram para acompanhar a votação, em segundo turno, do projeto de lei, de minha autoria, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina, a Oktoberfest do município de Itapiranga. Aliás, é a primeira festa, por isso que é reconhecida como parte integrante do patrimônio de Santa Catarina.

Estão aqui para acompanhar a sessão do dia de hoje e a redação final do mesmo projeto.

Muito obrigado pela presença de vocês.

Passaremos às Breves Comunicações.

A primeira oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Muito boa-tarde aos senhores deputados que se encontram nesta sessão ordinária, bem como aos jovens que estão aqui acompanhando a sessão, nesta tarde de quarta-feira, muito bem articulados com esse programa da saúde do homem, no mês de novembro, onde todas as atenções são para esclarecer, incentivar, pois não é apenas a mulher que precisa cuidar da saúde, deputado Padre Pedro Baldissera, os homens também precisam.

Essa era uma preocupação, principalmente do governo federal, através do ministério da Saúde, que vem detectando essa problemática. Então, novembro é um mês de alerta, parabéns aos que vieram a esta Casa vestindo a camiseta que destaca o Novembro Azul.

Também cumprimos as demais pessoas que acompanham esta sessão ordinária, neste plenário, como os representantes da cidade de Itapiranga.

Deputado Padre Pedro Baldissera, apesar de que a Oktoberfest mais famosa, depois da de Munique, seja a da minha cidade, Blumenau, nós, blumenauenses, reconhecemos, sim, que a primeira

Oktoberfest no estado de Santa Catarina é, sim, a do município de Itapiranga, o que muita nos orgulha. Na tarde de ontem votamos este projeto, que é para fazer parte, sim, do patrimônio cultural no nosso estado.

Sejam muito bem-vindos a esta Casa.

O assunto que trago hoje, srs. deputados, vem sendo destaque em vários jornais de circulação estadual e há muito tempo é debatido e cobrado sistematicamente do governo do estado de Santa Catarina, refiro-me à segurança.

Mais uma vez ocupo esta tribuna para fazer este alerta, porque a partir do momento em que ninguém mais fala, ninguém mais cobra, vira banalidade, e acredito que estamos chegando neste ponto de ninguém dar mais bola para este problema que assola todo o nosso estado, que é a segurança pública.

É lógico que temos que compreender, sr. presidente, que os problemas relacionados à violência são estruturais e necessitam de ações efetivas de todos os entes da federação: governo federal, governo do estado e governos municipais.

Hoje a responsabilidade constitucional pela nossa segurança é dos governos estaduais. A Segurança Pública no estado de Santa Catarina é responsabilidade do governador Raimundo Colombo.

Durante a campanha presidencial, a presidenta Dilma Rousseff assumiu o compromisso de enviar ao Congresso Nacional um projeto de emenda à Constituição para incluir o governo federal como coresponsável pela segurança dos brasileiros e das brasileiras.

O modelo a ser adotado nesta proposta será o mesmo da Copa do Mundo, com a colaboração das instituições de centros de monitoramento que garantirão o trabalho conjunto das Polícias Civil e Militar dos estados, com a participação do Exército Brasileiro, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária e da Guarda Nacional, que compõem a Força Nacional. Eu creio que essa mudança na Constituição, senhores, vai propiciar melhorias substantivas na segurança pública do nosso país.

Como dizia, os problemas de segurança são estruturais, de um lado temos o crime organizado, geralmente abastecido pelo tráfico de drogas e pelo tráfico de armas, sim, e do outro, temos a exclusão social que são os crimes passionais, quando um grande contingente de usuários de drogas passa a cometer pequenos furtos e assaltos. Ainda temos a precarização das estruturas da segurança pública do estado. É lamentável que isso aconteça.

Em Santa Catarina isso tem acontecido sistematicamente. Temos, ao longo dos nossos mandatos, reiteradas vezes, cobrado e sugerido ações ao governo do estado de Santa Catarina no sentido de garantir mais segurança à nossa população porque o nível de insegurança não ocorre apenas nas grandes cidades, nas pequenas também está acontecendo essa problemática.

Somente nesta semana, na minha cidade, em Blumenau, vários casos de crime estão deixando a nossa população extremamente preocupada. E olha que Blumenau, deputado Padre Pedro Baldissera, era uma cidade tranquila onde dormíamos de portas e janelas abertas, mas há muito tempo isso não tem mais acontecido, os muros tem aumentando, câmeras de monitoramento, vigilância particular nas residências e nas empresas.

Vou exemplificar manchetes de jornais somente nesses primeiros três dias. São elas:

Marildo Reinke, 46 anos, foi morto enquanto ia para o trabalho, num domingo. A família mencionou em depoimento que não vai descansar enquanto não souber quem são os responsáveis por esse crime.

A Polícia Civil de Blumenau prendeu nesta segunda-feira um homem de 37 anos, suspeito de ter esfaqueado a companheira.

A Polícia Civil identificou um adolescente suspeito de ter disparado contra o padrasto, no bairro de Itoupavazinha.

E no dia de ontem, às 4h40 houve um assalto também numa empresa.

Isso tudo em Blumenau, fora nos grandes centros. As empresas estão sendo assaltadas

diariamente; o comércio, da mesma forma, e as pessoas estão presas em suas residências.

O que mais me surpreende a cada dia é que as pessoas fazem o boletim de ocorrências, mas as investigações não estão sendo feitas, porque o boletim de ocorrência é colocado dentro da gaveta. É mais um crime que passou. Há delegacias em que nenhum desses boletins de ocorrência estão sendo investigados. Esse é um problema que temos que enfrentar, pois essa triste realidade se repete em todos os municípios. Eu exemplifiquei apenas a minha cidade, Blumenau.

Na manhã de hoje, na reunião da comissão de Segurança Pública desta Casa, recebemos o padre Valmir Marcolino Gomes, que é pároco da igreja Santo Antônio, no município de Balneário Piçarras e também o presidente do Conselho de Segurança daquele município, que vieram aqui relatar um ato sofrido de violência no último dia 11. Quando o padre saía de um restaurante, com outras duas famílias, foram surpreendidas por bandidos, quando o carro da paróquia foi roubado e por pouco o padre não foi junto num sequestro relâmpago. O padre ficou espantado, porque Piçarras é uma cidade muito pequenina. Esses são alguns fatos que exemplificam os imensos desafios que temos a obrigação de enfrentar.

Além disso, sr. presidente, nem em Piçarras tinha uma câmara de vigilância, daquele Programa Bem-Te-Vi, do governo do estado de Santa Catarina, onde os municípios eram parceiros da secretaria de estado da Segurança Pública, sobre o qual foi feito um grande barulho no estado dizendo que agora as cidades iam ser vigiadas. Só que colocaram as câmaras, mas não estão funcionando, a exemplo do que li hoje no jornal sobre Laguna, no sul do estado, onde também houve assaltos e quando foram ver os vídeos das câmeras não tinha. Estão enganando a população com essas câmeras de monitoramento. Para que câmeras de vigilância que não funcionam? Então, faço um alerta para quem está nos assistindo através da TVAL, verificar nos seus municípios se isso está acontecendo, porque

estamos vivendo um nível de insegurança alarmante em nosso estado.

Nós sabemos o valoroso trabalho que é realizado pelas policias em Santa Catarina, mas há uma ausência de efetivo, que ainda é um dos grandes problemas enfrentados em nosso estado. Apenas para exemplificar, o efetivo da Polícia Civil na capital é de um policial para 980 habitantes; em Blumenau, é de um policial para 4.600 habitantes. Nem milagre pode impedir algum delito de acontecer. No caso da Polícia Militar, a proporção em Florianópolis é de um policial para cada 460 habitantes; na minha cidade, Blumenau, é um policial para cada 1.100 habitantes.

Alem do efetivo, também tenho insistido no fato de que precisamos trabalhar com as políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente, pois elas são de extrema importância. Refiro-me a projetos sociais, como um grupo de dança de rua que vem pedir apoio nesta Casa, são meninos e meninas que enquanto estão dançando, estão ocupando suas mentes para coisas boas.

Por isso, a comissão de Segurança Pública fez hoje alguns encaminhamentos como o fato do secretário de Segurança Pública vir a esta Casa prestar esclarecimentos sobre as câmeras de monitoramento que não estão funcionando.

E nós precisamos fazer um grande projeto para inibir esses crimes que têm acontecido em Santa Catarina. As famílias estão inseguras. Somos reféns em nossas próprias residências.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que acompanham esta sessão pelos meios de comunicação e aqui presentes, que vestem a camiseta da campanha Novembro Azul. Inclusive, ontem, fizemos referência de que todas

as ações sociais têm um custo e, quando não há quem as financie, cada pessoa faz aquilo que pode.

Ontem comentava da importância dessa campanha, do envolvimento da sociedade, dos filhos, das mães, dos homens e do poder público. Estimular as pessoas a fazer a prevenção é importante, mas apenas isso não é suficiente, o governo precisa investir recursos.

Imaginamos que a previsão é que se conclua o ano com 70 mil homens com diagnóstico de câncer. E em Santa Catarina a previsão é de duas mil biópsias positivas. Se para cada biópsia positiva há quatro negativas, é interessante que sejam feitos 10 mil exames por ano. Hoje, o exame custa ao paciente R\$ 1.000,00, contando o exame do médico ultrasonografista, do médico que faz a biópsia e ainda do anatomopatologista que faz análise dos fragmentos retirados. Naturalmente, se houvesse um tipo de mutirão pelo SUS, o exame sairia por bem menos, quem sabe por 50% a menos. Mesmo assim, o valor aplicado num programa nesse sentido teria que ser de R\$ 5 milhões. E aí, sim, o governo poderia dizer que está participando do Novembro Azul.

Por enquanto, o governo está apenas com a bandeira e mais nada. Por isso, pedimos ajuda à secretária da Saúde e, se por acaso, não houver orçamento para isso, que nos peça. A Assembleia Legislativa vai programar o Orçamento do ano que vem e pode prever os recursos para esta campanha.

Então, parabéns a vocês que vestem a camisa do Novembro Azul, que ajudam a transformar palavras em ações.

Queria cumprimentar ainda a Associação dos Conselheiros Tutelares de Santa Catarina. A deputada Ana Paula Lima já falava da importância das políticas públicas nos vários setores.

Todos nós já ouvimos falar do Fundo da Infância e do Adolescente, há muitas ideias, mas poucas ações, ainda. E vejo, então, uma legião de pessoas tentando ajudar. Em nome da presidente, Janete Moreira Vieira, que é natural de São Miguel do Oeste, regional de lá, gostaria de dizer que há 21 coordenadorias de conselheiros tutelares,

inclusive, estão fazendo uma reunião, segunda, terça e quarta-feira, em Criciúma, um encontro de todos os conselheiros tutelares, no sentido de motivarem essas pessoas a sentir a importância que tem cada agente operador dentro dessas políticas públicas. Esteve presente também o presidente da Associação Comercial Industrial de Criciúma, Cesar Smielewski, como empresário, representando os demais empresários, colocando-se à disposição para colaborar com aqueles 1% do imposto devido das empresas que declaram sobre o lucro real, que também estão dispostas a participar.

Cumprimento também o bombeiro Jairo, que apresentou um trabalho com crianças, treinando Karatê. Naturalmente, o objetivo maior daquele professor, do bombeiro, não é treinar as crianças para serem *expert* em Karatê ou para defesa pessoal, é muito mais do que isso, é transformar aquelas crianças em gente grande, em homens e mulheres, em valorosos cidadãos catarinenses que respeitem a hierarquia, enfim, é um conjunto de valores que o professor transfere. Então, quando se vê um professor dando aula para crianças, seja de teatro, de música, de artes marciais ou qualquer outra coisa, na verdade, ele está ensinando crianças a ser gente, a aprender aquele ofício, que pode até tornar-se uma profissão, mas o objetivo maior é preparar a pessoa, a nova geração. Infelizmente, as políticas públicas nessa área ainda são muito pequenas. Fala-se muito que são necessárias, mas, infelizmente, não há uma ação real.

Mais uma vez, repito, temos que pensar no Novembro Azul na hora de votarmos o Orçamento. Normalmente, o orçamento quando chega à Casa Legislativa, chega preparado pelas equipes técnicas do governo que conhecem todas as realidades, assim como nós, e já vem distribuído o que fica para cada área: Educação, Segurança e Saúde. O nosso problema é que para a área social sobra muito pouco ou virão destinados poucos recursos.

Queria chamar a atenção de todos para ficarmos atentos e provocarmos essa alteração e, quem sabe,

venha lá do Executivo, uma fatia maior na área social. Tramita no Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição - PEC - para destinar de 3% a 5% do Orçamento-Geral da União para as políticas públicas. Está lá há 15 ou 16 anos, até hoje não foi votada. Não é votado por quê? Seja do governo anterior, seja neste, sempre há deputados para votar a favor daquilo que o governo quer. Se for qualquer projeto de origem do governo, com certeza, vai passar, principalmente, se for um projeto como esse, com abrangência social tão importante.

Mas essa PEC nem é colocada em votação e já existe um jeito para impedir que tramite nas comissões, porque essa PEC sendo aprovada o governo terá que destinar recursos à área.

Enquanto isso não acontece, vamos tentar colocar algumas migalhas no Orçamento para satisfazer grandes ideias. Todos pensam no que fazer, mas para cada ideia boa são necessários recursos, que são muito pequenos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, sr. presidente. Apenas para registrar, com satisfação, as presenças, nesta Casa, do vereador Jefferson Ademir Custódio, de Balneário de Penha; do vereador Lucas de Souza Esmeraldino, de Tubarão; e o nosso vereador, de São João Batista, Gabriel Angeli Dias, que acompanham os trabalhos nesta tarde de quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, cumprimentando v.exa. cumprimento os demais pares, os srs. deputados e as sras. deputadas aqui presentes, bem como os

servidores e as servidoras desta Casa, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, especialmente os visitantes que estão aqui hoje também divulgando a campanha Novembro Azul. Gostaria de parabenizar todos pelo movimento.

Eu quero voltar a falar, na tarde de hoje, sobre um assunto que tem sido pauta, pelo menos de nossa parte, nesta tribuna, há algum tempo, na verdade, há alguns anos.

Há dois ou três anos citava a situação da Escola de Educação Básica João Gonçalves Pinheiro, localizada no Rio Tavares. Um grupo de professores me convidou para visitar a referida escola e eu estive lá, fiquei assustado com o que vi e disse aqui, nesta tribuna, posteriormente, e mais recentemente, que já vi muitos presídios, senhores e senhoras, em situação de salubridade bem melhor do que era a situação da referida escola. Simplesmente um absurdo! Um amontoado de mesas e cadeiras nos corredores, mato crescendo desde o portão de entrada, propício, inclusive, para criar insetos e até outros bichos peçonhentos, uma quadra de esporte de cimento mal e mal pintada, bastante velha já, sem alambrado de proteção e, ao lado, uma fossa antiga aberta ainda com pedaços de concreto e pontas de ferro para cima ao lado da quadra de esportes. Isso na Escola de Educação Básica João Gonçalves Pinheiro, no Rio Tavares.

Já falei algumas vezes aqui que eu não conseguiria ser pai de um aluno daquela escola nem mesmo professor, porque alguma atitude, com certeza, alguém tem que tomar - e eu tomaria se estivesse naquela situação. Pois essa situação se prolongou até este ano de 2014. O governo estava fazendo outra escola no sul da ilha, que agora já foi inaugurada, a escola Vereador Oscar Manoel Conceição, e abandonou a EEB João Gonçalves Pinheiro, abandonou a comunidade escolar no seu conjunto nessa situação absurda por três ou quatro anos consecutivos.

No começo deste ano, deputada Ana Paula Lima, aliás, já no final do ano passado, houve manifestação de pais, de professores, de

estudantes, trabalhando na perspectiva de que o ano letivo de 2014 nem recomeçasse na escola antiga, escola velha. Mas chegou março e o governo mandou todo mundo ir para aquela escola. E as manifestações começaram, inclusive a comunidade escolar, e não estamos falando apenas dos professores, mas dos servidores, dos pais e mães da meninada que estudavam lá e que resolveram que os filhos não iriam mais para aquela escola. E resolveram em assembleia, não foi uma atitude isolada de aqui ou acolá, que os filhos não iriam mais para a escola.

Desde então o governo passou a perseguir os professores que apoiaram esse movimento, de forma que todos os ACTs foram afastados e os efetivos também, inclusive houve a exoneração do professor Eduardo Perondi que estava em estágio probatório, portanto, e foi expulso pela secretaria de estado da Educação da condição de professor. E qual o motivo? Ele se solidarizou com as crianças, com os adolescentes e com os pais e as mães que não achavam razoável, inclusive por questão de segurança, que aquelas crianças e adolescentes continuassem estudando na Escola João Gonçalves Pinheiro. É absurda a situação!

Tomamos a iniciativa de encaminhar documento a alguns órgãos de poder aqui no estado buscando uma providência e não recebemos resposta por parte de nenhum deles. Não houve qualquer providência, provavelmente mediante o argumento de o governo estar construindo uma escola nova, que demorou quatro anos para terminar e, enquanto isso, os alunos permaneceram naquela situação.

Parece evidente que o governo do estado, que a secretaria de estado da Educação deveria responder, inclusive com base no Estatuto da Criança de do Adolescente, pela situação a qual submeteu as crianças e os adolescentes na Escola João Gonçalves Pinheiro.

Curiosamente, o governo vem usando o seu poder de estado para reprimir, inclusive com expulsão, aqueles professores que se solidarizam com a comunidade escolar, com os pais, com as crianças,

com os adolescentes, com a situação de forma geral.

Pois, do meu ponto de vista, aqueles professores e professoras mereciam um troféu à parte, porque existe exemplo melhor da parte de um mestre do que ele se colocar na situação em que vive o seu aluno? Mas o governo não. O governo quer que todos aceitem o argumento da desculpa oficial e que permaneçam calados, sujeitando-se às condições estabelecidas.

Tenho aqui a nota construída pelo Movimento Estadual de Professores - Sinte -, mas por eu ter me adiantado nesse diálogo não vou ter tempo suficiente para ler o conjunto da nota. É preciso, evidentemente, que as entidades representativas do Magistério, os professores, especialmente o Sinte, manifeste-se a esse respeito. É preciso que façam um movimento com a energia necessária para repudiar a expulsão, a exclusão de um professor porque ele se colocou ao lado dos seus alunos, junto com os pais e as mães desses alunos, e contra uma situação estrutural inaceitável para a educação catarinense.

Argumentou-se bastante na última eleição, inclusive por dois candidatos a governador, que a educação em Santa Catarina era a 8º maravilha.

Eu trouxe foto da escola João Gonçalves Pinheiro e das condições às quais estavam submetidas às crianças e os adolescentes. E esse fato aqui confirma o fato de que a educação em Santa Catarina tem sido tratada com desleixo, tem sido tratada como mais uma coisa, como mais um gasto.

E aqueles professores e professoras que se colocam ao lado dos estudantes, ao lado dos pais e mães, querem educação de qualidade, querem segurança. Pelo menos segurança na escola! E o governo resolve expulsar dos quadros do Magistério estadual um professor que se solidarizou com essa situação? E isso ocorre em diversas escolas, não é questão específica de uma das escolas do nosso estado. Já tivemos deputados governistas trazendo situações calamitosas de escolas públicas do

estado de Santa Catarina, nesta tribuna, nos últimos quatro anos.

Nós queremos mais uma vez externar o nosso repúdio à expulsão do professor Eduardo Perondi da sua condição de educador do estado de Santa Catarina, por uma razão absurda e ignóbil, porque ele se solidarizou com os seus estudantes, com os pais e mães dos seus alunos que exigiam segurança e qualidade na educação dos seus filhos e filhas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos, hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, sr. presidente. srs. deputados, sras. deputadas, todos aqueles que nos acompanham nesta tarde, em especial, os militantes do Novembro Azul. Parabéns pela iniciativa, pela determinação e pela forma de conscientização da nossa sociedade.

Sr. presidente, quero aproveitar este momento do partido para trazer algumas considerações sobre a audiência pública de ontem, que v.exa. presidiu, abordando um tema extremamente importante e significativo para o Brasil. Inclusive, no discurso da presidente Dilma Rousseff, ela colocava como prioridade a tal da reforma política. Aliás, há certa confusão no imaginário popular entre reforma política e reforma eleitoral. É bom sempre buscarmos divisar essas duas questões: a reforma política, numa perspectiva mais ampla, macro; e a reforma eleitoral, de forma mais restrita às questões da eleição em si.

Deputado Maurício Eskudlark, v.exa. depois se quiser compartilhar do tempo estamos à disposição para cedê-lo ao amigo.

Mas há algumas preocupações que eu ouvi atentamente, mas não pude acompanhar até o final a audiência pública porque eu tinha ainda outra

reunião nesta Casa, mas, pelo menos, os convidados que estava à mesa eu ouvi atentamente.

E trago algumas preocupações que ouvi, inclusive durante a caminhada eleitoral nesses últimos três meses. Porque no imaginário popular do jeito que está não está bom, do ponto de vista eleitoral, poderíamos também falar da reforma política. Deputado Serafim Venzon, v.exa. que já foi deputado federal, qual é a importância do Senado?

Qual a importância do Senado para o Brasil hoje? E com todo o respeito para com o Parlamento, acho que o Senado já cumpriu a sua missão na época do império, não tem mais espaço na República. É a minha visão, deputado Sargento Amauri Soares, não sei se v.exa. concorda ou não?

Para que 81 senadores? E de forma injusta, porque um brasileiro deveria valer um voto, mas temos três senadores em Rondônia, três em São Paulo, então é uma forma desproporcional dessa perspectiva representativa.

Imaginem a economia que traríamos para o Brasil e principalmente a agilidade que teriam os projetos que tramitam no legislativo. Um deputado federal fica quatro anos e às vezes sem conseguir aprovar um projeto sequer, porque a matéria vai para o Senado, volta para a Câmara Federal, sem falar no veto presidencial e assim sucessivamente.

Mas a questão da reforma política é outra que precisamos abordar, como por exemplo, na minha modesta visão, o fim do mandato seria excelente para o Brasil e para agilização das leis no nosso país.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Com relação às colocações de v.exa. estava lendo, analisando uma matéria do jornal *Notícias do Dia*, com o título *Ideias para a Reforma Política*. E o autor apresenta dez itens, claro que cada um tem que ter sua fundamentação e o devido debate, que são os seguintes:

(Passa a ler.)

"Financiamento misto de campanha;
Parlamentares fora de cargos no Executivo" -
quer dizer, se eleger e ser ministro, secretário;
"Fim das coligações para eleições
proporcionais" - acho que é quase uma unanimidade;
"Fim do instituto da reeleição;
Eleições gerais com mandato de cinco anos" -
porque a população está votando um ano sim, um ano
não;
"Proibição de veiculação de pesquisas
eleitorais" - às vezes quando acontece um fato
grave sempre surgem algumas ideias encima daquele
fato. Então, como ocorreram erros de pesquisas já
há a ideia de proibir a veiculação de pesquisas;
"Possibilidade de candidatura sem partido;
Punição severas para corruptos;
Fim do voto secreto no Congresso Nacional e
mais rigor para criação de partidos."

Então, esses dez itens estão dentro daquilo
que v.exa. está explanando e que inclusive ontem
teria um debate na comissão de Constituição e
Justiça na Câmara dos Deputados à respeito dessas
proposições para mudar a atual estrutura política
que temos hoje no nosso país.

Era isso, deputado.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Agradeço a
contribuição de v.exa., nobre deputado.

Acompanhei um pouco distante essa proposta e
acho que o *Grupo Ric Record* estava encabeçando,
mas tenho algumas restrições, embora concorde com
algumas questões pontuais. Acho que as coligações
proporcionais, em nível municipal, estadual ou
federal, talvez seja a única coisa que será
aprovada, deputado Padre Pedro Baldissera.

Há outra proposta que é a unificação geral das
eleições, e aí o deputado Pedro Uczai trouxe uma
consideração interessante ontem, questionando até
onde isso seria interessante para o país tendo as
eleições para presidente, senador, governador,
prefeito e vereador num único momento, talvez do
ponto de vista da praticidade, pragmático, seja
positivo, mas do ponto de vista das ideias não,
porque temos questões nacionais que ficariam um
tanto quanto turvas diante das questões pontuais

em nível de município. E essa é uma questão que precisa ser ampliada.

Com relação a financiamento de campanha, também tenho minhas dúvidas de até onde seria interessante. Acho que no imaginário popular fica difícil nós convenceremos. Vamos tirar dinheiro da saúde, da educação para financiar candidaturas? É isso que o Brasil quer ou seria outro entendimento?

Agora, há duas questões que quero aqui pontuar e que entendo de extrema importância. A primeira seria a proposta do voto distrital, como existe, por exemplo, nos Estados Unidos, na Alemanha, mas com viés diferenciados. Eu, particularmente, deputado Padre Pedro Baldissera, sou favorável ao voto distrital misto. O voto distrital puro, a região ou o bairro, no caso das eleições municipais, elege o seu representante ou as regiões no estado. No voto distrital misto, 50% do Parlamento continua sendo estadualizado e 50% representantes da região, até porque existem bandeiras que são estadualizadas e outras que são estritamente locais.

Então, caberia uma proposta de voto distrital misto como acontece, por exemplo, na Alemanha. Agora, o voto em lista, com todo o respeito à OAB, à CNBB, e me parece até que o deputado Sargento Amauri Soares é favorável também...

(O deputado Sargento Amauri Soares manifesta-se fora do microfone.)

Vejo que o deputado não é a favor. Então, obrigado por aderir à minha proposta. Mas a maioria da esquerda é. Nós sentimos isso.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Vou lhe conceder um aparte, até porque citei seu nome.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Eu agradeço pelo aparte. Só queria dizer que seria preciso, primeiramente, uma reforma na legislação, uma mudança bastante drástica na legislação partidária. Não que eu seja contrário ao princípio do voto em lista, pois seria interessante se nós tivéssemos partidos efetivamente representativos

de determinada forma de pensamento e linhas programáticas à sociedade, o que não é fato no Brasil. Então, se não houver uma reforma efetiva, profunda, partidária, hoje em dia, na situação que é dada dos partidos políticos, simplesmente vai se valorizar ainda mais os caciques partidários, em detrimento da vontade das bases.

Por isso essa ressalva pelo menos temporária e por enquanto conjuntural ao voto em lista.

Obrigado pela oportunidade de esclarecer.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado.

De fato a perspectiva conceitual é interessante, mas voto em lista vai transformar os nossos partidos em verdadeiros balcões de negócio! Muito mais do que já se faz hoje por este Brasil afora! Vou citar um exemplo, que gosto de reforçar, de São José ou de Braço do Norte, onde meu amigo José Nei Ascari manda e desmanda na cidade. A pessoa quer ser vereadora em Braço do Norte e não é popular, não tem voto, mas se filia a um partido, chega à presidência do partido e diz que tem R\$ 500 mil aqui para investir na campanha majoritária. Só que o seu nome tem que ser o primeiro da lista. Aí ele faz cem votos em Braço do Norte e se torna vereador lá! Por quê? Porque o seu nome é o primeiro da lista.

Então, imaginem v.exas. como vai virar este país, em que partidos se transformarão em verdadeiros balcões de negócio! E que critérios vamos adotar? Quem já tem mandato tem prioridade na lista? Não. É por gênero, o homem e mulher? É coisa a se pensar. Como é que fica essa lista? Se o partido elege cinco, quem serão os primeiros cinco? E aí o sexto foi o mais votado de todos e não vai entrar porque só entram cinco.

Então, são desproporções que precisamos analisar de maneira muito serena, tranquila, é claro, com determinação, para não cometermos erros, para não revogarmos, eu diria assim, o que o Tiririca está dizendo: pior que está não fica. Vai ficar pior, sim, se entrarmos por uma linha de reforçarmos certas práticas que precisam

efetivamente ser banidas da nossa proposta eleitoral neste país.

Era isto que gostaria de dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, quero cumprimentar o pessoal que está nas galerias da Casa com a camiseta da campanha Novembro Azul, mês destinado à prevenção do câncer de próstata. Eu que sou médico, sei, assim como o deputado Serafim Venzon, que é urologista, que os homens queiram ou não, cuidam-se menos do que as mulheres, no que tange à questão da saúde. Essa campanha, Novembro Azul, é um alerta, uma reflexão que temos que fazer no que se refere ao cuidado com a saúde masculina, principalmente após os 50 anos de idade, tendo em vista que o diagnóstico do câncer de próstata, hoje, epidemiologicamente, ocorre mais do que o câncer de mama em decorrência das faltas de cuidado.

Então, gostaria de cumprimentá-los porque estão todos com a camiseta do Novembro Azul, com o símbolo azul claro, na lapela, diria assim.

Mas dando sequencia ao que aqui construiu o deputado Ismael dos Santos, a nossa presidenta Dilma Rousseff priorizou a reforma política. Eu não vou entrar no mérito da economia neste momento em que mais uma vez bate-se recorde de empregos, Padre Pedro Baldissera, porque se pregou a forma mais pessimista possível em relação ao governo durante a eleição. Estamos vendo que a economia brasileira, mesmo com todos os percalços internacionais, mantém-se firme e, novamente, bate-se o recorde de geração de empregos. Tivemos

apenas 4.5% de desemprego, que na história do Brasil mostra que a economia, para quem critica muito, continua gerando emprego e que o nosso crescimento é em decorrência de um processo internacional que, sim, gera desemprego internacionalmente pelo recesso, recessão da economia internacional.

Mas, quero aqui retomar ao debate do deputado Ismael dos Santos sobre a importância da reforma política, que cabe ao Congresso Nacional, mas que, às vezes, alguns imputam responsabilidade à presidente da República. Já foram encaminhados procedimentos de debate e, um projeto de reforma política, que é de iniciativa popular, com aproximadamente sete milhões de assinaturas que chegou ao Congresso Nacional, pede a discussão da reforma política para que não haja mais gerência econômica no processo político, deputado Ismael dos Santos. Por mais que nós venhamos a pensar que o financiamento público de campanha, que acontece nos países europeus, por exemplo, na sua magnitude, é um dos caminhos de condução, digamos, da limpeza do processo corruptivo deste país, porque queira ou não, o que nós estamos vendo na Petrobras - que não ocorre apenas na Petrobrás, a Operação Lava Jato apontou que houve problemas com o mesmo grupo das cinco empresas maiores deste país com a Cemig, empresa de geração de energia de Minas Gerais; com a Copel, do Paraná; e daqui a pouco também teremos problemas com a Celesc, em Santa Catarina. Essas empresas se organizaram em cartéis nas grandes obras.

Há 15 anos, quando foram lançadas ações da Petrobras no mercado americano, algumas empresas se organizaram num processo de tentar pegar o grande filão da economia de petróleo, que estava sendo vendido por bagatela. Eu pergunto se todos esses desvios de recurso de obras públicas neste país, seja em que estado for, inclusive em Santa Catarina, qual o custo disso para a economia nacional e a economia dos estados?

Vamos pegar a ponte Hercílio Luz aqui de Florianópolis, a cai não cai.

Quanto já se gastou nessa ponte, deputado Padre Pedro Baldissera? Há quinze anos mexendo nela, e dá-lhe aditivo para as empresas, que sabemos que eram empresas que tinham conluio com procedimentos políticos, doadoras de campanha em Santa Catarina.

É exatamente nisso que a reforma política tem que tentar conduzir um novo contorno, porque todas essas grandes empresas envolvidas em corrupção são grandes doadoras de campanha para todos.

O candidato Aécio Neves teve mais doação das grandes empreiteiras do que a presidente Dilma. Vocês poderão dizer: isso é oficial. E o não oficial, que é o que vai pelo ralo da corrupção deste país.

Então, esses recursos que deixam de ser arrecadados não são investidos em saúde, em educação. São recursos que deixam de entrar na economia para ter ações de condução de cidadania.

Tenho dúvidas sobre a questão do financiamento público integral de campanha. Acho que temos que construir mecanismos que corrijam essa insanidade eleitoral, com a intervenção dos aspectos econômicos nos resultados eleitorais, que acabam bancando as pesquisas deste país com resultados, muitas vezes, discutíveis, distribuídos um, dois dias antes das eleições.

É uma determinação do nosso governo, sim, da presidenta Dilma, e esperamos que o Congresso cumpra com o seu papel pegando este projeto de reforma política, de iniciativa popular, com sete milhões de assinaturas. Se tiver que melhorar, que melhore, mas que temos que fazer o debate, temos.

Temos que fazer o debate para não ficarmos mais presos a um processo eleitoral, definido por questões econômicas travestidas de resultados éticos da gestão eleitoral, eu diria assim. Porque esse procedimento ele acontece em diversos lugares do país. O que tem de aditivos em projetos e obras! Em todos os estados, em Santa Catarina também teve. No período que antecedeu as eleições eu fui fazer um levantamento sobre isso.

Por que não tem essa média de aditivo todos os anos, deputado Padre Pedro Baldissera? Mas nos

períodos que antecedem as eleições os aditivos nas obras acabam acontecendo com mais frequência do que nos períodos que não temos eleições.

Por isso, a reforma política é importante para a defesa do Partido dos Trabalhadores, do nosso governo, da presidenta Dilma, e em nossa defesa, enquanto deputados e cidadãos, que entendemos que precisamos amadurecer o processo democrático, trazer mais responsabilidade para esse processo e, principalmente, dar uma nova condução a este país, para que o povo tenha mais credibilidade na política e nos políticos, porque, caso contrário, teremos cada vez mais gente defendendo a ditadura militar, como chegamos a ver um absurdo nos meios de comunicação: um procurador-geral do Ministério Público Federal defendendo a ditadura, ainda com o apoio dos Estados Unidos?!

Ele que vá ter o apoio da mãe dele para vir defender intervenção dos Estados Unidos para apoiar a ditadura militar. Isso aconteceu há 40, 50 anos atrás, quando interviam. Agora, num país com a decência, com a solidez da democracia como a nossa, aparece um bando de imbecil fazendo este tipo de defesa sem entender e compreender o processo histórico de derrocada da ditadura para se implantar a democracia neste Brasil?

Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, nosso presidente do Partido dos Trabalhadores, que sempre, com muita primazia, conduz esta Casa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDSB.

Com a palavra, o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, quero agradecer aqui, em nome do PSDB, aos deputados Marcos Vieira, Dóia Guglielmi, Gilmar Knaesel, que pediram que eu os representasse no nosso pensamento. O deputado

Ismael dos Santos puxou o tema da reforma política, como bem também colocou o deputado Jailson Lima. Acredito que é unanimidade deste Parlamento a importância e a necessidade de uma reforma política.

Existem alguns pontos em relação à reforma política que de tanto se discutir, tenho conhecimento com muita intensidade desde 1994, 1995, da necessidade de reformular fez muita gente pensar e, certamente, existem alguns itens que já estão bem maduros, por exemplo, a questão das coligações nas eleições proporcionais.

Se nós proibirmos a coligação nas eleições para vereador e deputado, com certeza, vai acabar com uma porção de partidos pequenos que, às vezes, têm um ou dois representantes. Tudo bem se eles quiserem permanecer e tiverem fôlego para aguentar a eleição que permaneçam, mas certamente o próprio sistema vai apagando aqueles pequenos apenas para participar de alguma negociação.

Então, em vez de proibir a criação de partidos novos, criar barreiras para partidos pequenos ou coisa assim. Proibimos a coligação e daí, se o partido tem condições de eleger um ou dois deputados, ele deixa de ser pequeno. Se o partido tem condições eleger um vereador, dois vereadores, ele deixa de ser pequeno. Mas, com certeza, por si só, a proibição das coligações vai exterminar com inúmeros partidos pequenos, principalmente partidos que, às vezes, é um pequeno grupo no município, o presidente e mais alguns criam o partido para participar das conversas preliminares das eleições.

A outra questão que está muito madura refere-se à reeleição para o Poder Executivo que, com certeza, a proibição das coligações do Executivo vai acabar com inúmeras operações que, muitas vezes, o Poder Executivo é obrigado a fazer. Atualmente é uma vergonha, ou seja, presidente ou governador ou prefeito que perde a eleição para ele representa uma vergonha. Então, desde o primeiro dia de mandato até o dia da sua reeleição ele praticamente faz um mandato pró-reeleição

dele. Todos fazem isso! E não há como fugir disso aí.

Então, a proibição da reeleição para o Executivo, talvez, fosse uma saída. Podemos até pensar na extensão do mandato, de quatro para cinco anos, para dar mais tempo para executar os projetos que são apresentados. Ótimo! Mas vejam então que esses dois pontos, a proibição de coligação na proporcional e a proibição da reeleição para o Executivo estão muito maduros, diria assim.

Eu queria recorrer aqui a uma frase que o ex-presidente e o sempre presidente Fernando Henrique Cardoso dizia muito: "Vamos fazer aquilo que é possível, aquilo que é aceitável." Por exemplo, o voto distrital seria importante, para quê? Para que o Parlamento tivesse a representação equânime de cada região de Santa Catarina, tanto na Assembleia quanto no Congresso Nacional e também cada microrregião dentro do município, a expressão dentro da Câmara de Vereadores.

Mais eu acho que a tarefa complicada vai ser criar o distrito. Como é o distrito para deputado federal? Nós temos 16 deputados federais em Santa Catarina. Se dividirmos o estado tem que ser em 16 regiões. E cada região vai ter que ter um número parecido de votos, porque aí vamos dividir por KM^2 ou por habitante. Já começa a confusão por aí. Senão vai ter região grande que tem pouco eleitor. Nesse caso onde está o distrito? Qual o distrito para deputado federal? Qual é o distrito para deputado estadual? Imagine criar 40 distritos. Imagine criar, dentro de um município que tem 1.200 votos, nove distritos. Então, são nove regiões e vai ter que sair um vereador de cada região. Vai ser uma confusão sem tamanho. Eu imagino que seria uma tarefa extremamente difícil criar esses tais de distritos.

Então, vamos fazer aquilo que é possível e que está bem maduro, como é a questão da proibição da reeleição e a extensão do mandato de presidente de quatro para cinco anos. Já outra questão polêmica é a questão da coincidência da eleição para vereador, para prefeito, para deputado e para

presidente. Nós precisamos encontrar uma maneira que a eleição fique barata. Eu imagino que se fizermos a eleição de deputado, de presidente e de vereador, na prática, o que vai acontecer? No meu ponto de vista a eleição deve continuar separada, ou seja, a eleição municipal separada da eleição estadual e federal.

Naturalmente, outra sugestão importante. Os desmandos acontecem porque as campanhas estão exageradamente caras. Nós estamos criando maneiras de competir uns com os outros e de gastar inutilmente. Há alguns anos, quando se podia fazer camiseta, um candidato fazia 100 camisetas, a empresa anunciava na cidade que tal deputado estava fazendo 5.000 camisetas. Bom, antes de saísse as 5.000 camisetas, seu concorrente já procurava fazer 2.000 camisetas, ou seja, se criava uma concorrência para disputar com o mesmo produto. Se o meu concorrente faz 1.000 camisetas eu vou ter que fazer, pelo menos, 1.200 camisetas para competir um pouquinho.

Hoje, não estamos mais nas camisetas, não estamos mais nas canetas, mas estamos nas placas, por exemplo, que custa no mínimo R\$ 70, se for a placa de má qualidade, mas se for a de plástico, como muita gente colocou, é de R\$ 100 cada placa. Então, como é que alguém coloca 10 mil placas a R\$ 100? Como é que faz essa conta? Quem é que está pagando as placas? Então, precisamos encontrar na questão eleitoral uma forma de gastar menos na campanha e acabar com essa concorrência de um fazer...

(Discurso interrompido por término do horário eleitoral.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra, a sra. deputada Dirce Heiderscheidt, por até 14 minutos.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT - Boa-tarde a todos!

Quero fazer uma saudação especial ao Amaro, presidente do Guarani e aos atletas, aqui presentes.

Gostaria de relatar um pouquinho da história do Guarani.

(Passa a ler.)

“Em 15 de fevereiro de 1928 um grupo de rapazes reunidos no Clube 7 de Setembro, em Palhoça, resolveram fundar um time de futebol, ao qual deram o nome de Guarani, em homenagem aos índios da região.

O clube disputou diversas competições amadoras e foi campeão municipal de Palhoça por sete vezes, nos anos de 1978, 1985, 1986, 1994, 1995, 1998 e 1999.

Em 2000, sob a Presidência do Amaro Júnior, surgiu a ideia de profissionalizar o clube e participar do campeonato catarinense da segunda divisão de profissionais. Em sua primeira participação o Guarani conquistou a terceira colocação.

A partir daí muitas foram as conquistas, sendo que em 2003 o Guarani foi campeão catarinense da segunda divisão, chegando finalmente a primeira divisão do campeonato catarinense.

Em 2004, o Guarani participou pela primeira vez da primeira divisão do Catarinense e conquistou de forma gloriosa a quarta colocação. Continuou ainda na elite do futebol catarinense de 2005 até o ano de 2007.

Em 2008, infelizmente, o time não conseguiu se manter e caiu para a segunda divisão. Em 2010 o Guarani volta a disputar a terceira divisão e foi vice-campeão.

Em 2011 disputou a segunda divisão e chegou a semifinal, mas perdeu para o Atlético de Ibirama. Em 2012 volta a jogar na segunda divisão e perde a final para o Juventus. Em 2013 retorna para a primeira divisão, porém não consegue se manter e volta para a Série B em 2014. No mesmo ano, o clube conseguiu participar pela primeira vez da Copa Santa Catarina e terminou na terceira colocação, conseguindo assim uma vaga para a Série

D do Campeonato Brasileiro, essa uma competição inédita para o time.

Finalmente, em 2015, disputará a primeira divisão do Campeonato Catarinense e, com muita garra e responsabilidade, tenho certeza de que saberão nos representar.

Foram muitos os caminhos trilhados por seus fundadores e por seus sucessores, uma história feita de sucesso, lutas, vitórias, derrotas e acima de tudo de muita união e sonhos, sonho de ganhar campeonatos, de estar na elite do futebol catarinense, de representar o município com muita responsabilidade, e apresentando à comunidade um espaço não só de lazer, mas de educação, esporte e cidadania.

O clube passou por muitos momentos de dificuldades, muito trabalho, muitas frustrações, porém sem nunca perder o foco e a vontade de ser um campeão e orgulho para sua cidade.

Hoje recebo toda diretoria e jogadores com a intenção de fazer uma pequena homenagem a esses grandes guerreiros que conseguiram levar mais uma vez o Guarani à elite do futebol catarinense. Orgulho para nós, palhocenses, e para toda Santa Catarina.

Agradeço aqui a presença de todos, em especial, do querido Amaro, presidente do Guarani. Agradeço aos diretores, jogadores, parceiros do clube, familiares, amigos e a todos os palhocenses que acreditaram nesse sonho e que hoje é uma realidade.

Sucesso! Desejo muitas novas vitórias e que todos os que hoje estão à frente do clube possam continuar a grande história construída a mais de 86 anos por pessoas que acreditaram que perseguir um sonho e um ideal é para todos, mas concretizar é para os que de fato acreditam.

Por isso, hoje, vocês estão aqui porque acreditaram e por isso, são vitoriosos."

Parabéns também ao clube por essa magnífica campanha, não apenas por colorir o mês de novembro, Novembro Azul, mas por chamar a atenção dos nossos gestores da área da Saúde sobre a importância que câncer de próstata.

Parabéns a toda equipe! Conte sempre com a minha participação. Conte sempre com meu apoio. Quero ser, com certeza, a amiga do Guarani, bem como eu tenho certeza de que o Parlamento Catarinense também será amigo do Guarani.

Sucesso a todos!

Parabéns Amaro pela determinação, garra, vitória e pela realização desse sonho, nosso, palhocense, de estarmos da elite do Campeonato Catarinense, representando o município de Palhoça.

Agora peço à assessoria que execute o hino do Guarani para homenageá-los.

(Procede-se à execução do hino.)

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais oradores no horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0145/2008 e 0693/2014.

Esta Presidência comunica, outrossim, que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0219/2014, 0257/2014, 0441/2014, 0473/2014, 0504/2014, 0511/2014, 0517/2014, 0575/2014, 0578/2014, 0589/2014, 0599/2014, 0603/2014, 0622/2014 e 0654/2014.

Comunica, também, que a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0443/2014, 0642/2014 e 0722/2013.

Ainda comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0017/2014, 0136/2014, 0310/2014, 0440/2014, 0626/2014, 0630/2014, 0652/2014 e 0666/2014.

Comunica, também, que a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentou parecer favorável aos ofícios n.s: 0292/2014, 0563/2014 e 0637/2014.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o vereador Milton, de Campos Novos, sua esposa, suas filhas, e agradecer pela presença em nossa Casa.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, enquanto v.exa. toma uma água, eu sei que estamos em votação, mas eu quero permissão para cumprimentar o vereador Assoredo Konrad, presidente da Câmara de Vereadores de Arabutã, também o Felipe, vereador e secretário de Administração daquele município.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

E aproveito deputado Padre Pedro Baldissera, para cumprimentar o nosso amigo, o nosso companheiro, que volta a esta Casa recuperado, embora um pouco contundido, o deputado Gilmar Knaesel, cujo trabalho, sabemos, continua na Casa, mas havia dias que não o víamos em plenário.

Seja bem-vindo, deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feitas as devidas manifestações. Vamos continuar a nossa Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0001/2014.

Não há emendas a redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Gostaria de registrar a presença dos vereadores e da diretora da Câmara de Vereadores do Município de Itapiranga, acompanhando, neste momento, a votação da redação final do projeto de lei que clara como parte integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa

Catarina a Oktoberfest, por ter sido a primeira no nosso estado.

Muito obrigado pela presença.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0118/2014, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que declara de utilidade pública o Centro de Assistência Madre Maria José (Ceama), do município de Pomerode.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0139/2014, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do bairro Trindade (Ambatri), com sede no município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0157/2014, de autoria do deputado Manoel Mota, que declara de utilidade pública a

Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do município de Laguna.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0182/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider, que declara de utilidade pública o Instituto Orion, com sede no município de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0221/2014, de autoria do deputado Ciro Roza, que declara de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de São João do Itaperiú (Bombeiros Voluntários de São João do Itaperiú).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0223/2014, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que declara de utilidade pública a Organização Não Governamental Crescendo com Arte, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0240/2014, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Judô, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0241/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa Cultural e Beneficente Equipe @rromba, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0243/2014, de autoria do deputado Carlos Stüpp, que declara de utilidade pública a Associação Impacto, de Tubarão.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0251/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Instituição Futuro Aprendiz (EFA), do município de Araranguá.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0255/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que declara de utilidade pública a Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul, de Jaraguá do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0262/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Funcionários das Creches municipais de Ascurra.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0003/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a política de conscientização e orientação sobre doação de sangue no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0017/2012, de autoria Carlos Chiodini, que dispõe sobre a Semana do Check-Up Infantojuvenil na rede pública de saúde do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0019/2013, de autoria do deputado Valmir Comin, que institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose.

Ao presente projeto foi apresenta emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0024/2014, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual de Prevenção e Informação sobre Esclerose Múltipla.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0115/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider, que institui o Dia do Oficial da Infância e Juventude no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0123/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que denomina Edison Luiz Hoffmann a sede da Associação Catarinense de Deficientes (ACD), no município de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0148/2014, de autoria do deputado Serafim Venzon, que institui, no âmbito

do estado de Santa Catarina, a Semana Estadual da Conscientização a Doações ao Fundo para a Infância e Adolescência Estadual (FIA).

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Projeto de Lei n. 0252/2014, de autoria da deputada Luciana Carminatti, foi retirado de pauta a pedido da autora.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0830/2014, 0831/2014, 0832/2014, 0833/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0834/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 0835/2014, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que solicita a tramitação em regime de prioridade da proposição autuada como Projeto de Lei n. 0275/2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Antes, porém, quero registrar, deputado Gilmar Knaesel, o esforço que v.exa. faz, que é reconhecido por todos os pares que estão nesta Casa, carregado por duas muletas, mas está aqui

prestigiando a nossa sessão na tarde de hoje, voltando à vida normal, neste Parlamento.

Que bom vê-lo se reintegrando novamente ao nosso Parlamento.

O primeiro orador inscrito é o deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. presidente, a minha saudação a v.exa., deputados e deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Digital.

Sr. presidente, venho a esta tribuna, nesta tarde, para falar da minha paixão, da paixão de milhares de Joinvilenses, que é o nosso Jecão, nosso Joinville Esporte Clube. Deputado Carlos Chiodini, sei que o Juventos, de Jaraguá, ainda não foi para a Série A, mas quem sabe um dia vá.

Estamos torcendo para que a Chapecoense permaneça na Série A, da mesma forma, o Figueirense, e que o Avaí possa subir para a Série A e que o Criciúma ainda opere um milagre e possa continuar na elite.

Sei que o deputado Maurício Eskudlark é figueira roxo, inclusive já estive lá no campo dando um apoio, numa partida contra o Internacional. Mas o Figueirense, parece-me, vai permanecer na elite, graças a Deus.

Deputado Kennedy Nunes, este deputado e o deputado Nilson Gonçalves representamos v.exa., ontem, numa missão.

Estivemos, deputado Moacir Sopelsa, em Brasília com uma comitiva muito forte. Fizemos três audiências com o ministro Aldo Rebelo, do ministério dos Esportes; com a ministra Miriam Belchior, do Planejamento; e com o ministro Ricardo Berzoini, de Relações Institucionais, tratando, deputado Reno Caramori, da liberação de uma emenda de R\$ 25 milhões, que foi colocada no Orçamento da União, pela Bancada Federal Catarinense, liderada pelo deputado federal Marco Antônio Tebaldi.

Muito bem. Sabemos, deputado Valmir Comin, que v.exa. é fanático pelo Criciúma, que não vive um bom momento, mas esperamos que se recupere, pois o futebol é a nossa paixão. O futebol é uma

atividade que promove a confraternização, a união, a paz, aquece a economia e está no dia a dia das nossas vidas.

O brasileiro é apaixonado pelo futebol, mas eu, sr. presidente, nós, deputado Nilson Gonçalves, deputado Kennedy Nunes, não imaginávamos o quanto o futebol pode mobilizar uma cidade, uma região, deputado Padre Pedro Baldissera.

Deputado Gilmar Knaesel, v.exa. que já foi jogador de futebol e agora pendurou a chuteira, não tem ideia do clima, do ambiente, da motivação, do astral da maior cidade de Santa Catarina, que é Joinville e a região.

A cidade é outra, o astral é outro, as pessoas estão alegres, percebe-se na expressão corporal de cada um e de cada uma que Joinville está muito feliz, porque nós subimos para a Série A, para a elite do futebol brasileiro, e temos a possibilidade de nos tornar campeão da Série B.

Como disse o deputado Nilson Gonçalves, nós voltamos para o lugar de onde nunca deveríamos ter saído, essa é a grande verdade. E qual é a importância disso? O pessoal de Chapecó e do oeste pode falar também qual é a importância: a divulgação da nossa cidade para todo o Brasil.

A importância econômica para bares, hotéis, similares, taxistas, centenas de pessoas, ambulantes, que vão instalar-se ao redor do estádio buscando o seu sustento, dignamente, nos dias em que vamos ter os grandes clássicos do futebol brasileiro na cidade de Joinville.

Portanto, entendemos, sr. presidente, que deveríamos fazer o que Chapecó fez, deputado Manoel Mota, o Chapecoense subiu para a Série A e, no outro dia, o governador Raimundo Colombo foi lá e colocou 6,5 milhões e ampliou a arena Condá.

Então, o acesso à Série A é um grande motivo para buscarmos um aporte de recursos estaduais. O governador Raimundo Colombo já disse que colocará, o recurso federal, através dessa emenda de R\$ 25 milhões.

Deputado Maurício Eskudlark, as audiências foram muito boas sobre o Orçamento e a emenda foi

cadastrada. Agora a grande luta nossa é contra o tempo, é contra o relógio. Nós precisamos, deputado Moacir Sopelsa, empenhar essa emenda para que possamos iniciar o ano já com as obras para termos a ampliação da arena para o campeonato brasileiro no ano que vem.

Portanto, quero dizer que nesta comitiva estavam presentes o prefeito Udo Döhler, o senador Luiz Henrique da Silveira, que agendou as audiências; o deputado federal Esperidião Amin, os deputados federais Marco Tebaldi e Mauro Mariani, o deputado federal Edinho Bez, o deputado federal Celso Maldaner, o presidente da Câmara de Joinville, João Carlos Gonçalves, e eu também estive presente.

Portanto, foi uma caravana de peso. O senador Casildo Maldaner também estava presente, e o senador eleito Dário Berger também.

Então, não tenho dúvidas de que o governo federal vai se sensibilizar, porque o governo federal, no que diz respeito ao esporte, está em dívida com Santa Catarina. Nós ficamos fora do calendário da Copa, perdemos essa grande oportunidade e, sobretudo, perdemos os recursos de investimento nas praças esportivas, nos centros de treinamentos e na mobilidade urbana. Santa Catarina foi o único estado do sul do Brasil que ficou fora do mapa da Copa do Mundo.

Então, Esperidião Amin colocou muito bem esta argumentação e nós imaginamos que seja o momento de o governo federal resgatar este débito com Santa Catarina no que diz respeito ao esporte, para que possamos, no ano que vem, deputado Kennedy Nunes, alojar aquela torcida fervorosa, aquela torcida apaixonada, que vai para o estádio mesmo nos momentos difíceis do Joinville Esporte Clube.

Portanto, estamos muito satisfeitos com as audiências do dia de ontem. Esperamos agora que, com a ajuda do governador Raimundo Colombo, possamos interceder junto à presidente Dilma para, definitivamente, ampliar a arena Joinville para que o JEC possa disputar grandes clássicos e, no

mínimo, nos mantermos na elite do futebol brasileiro.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Queria parabenizar v.exa. e toda a população de Joinville, de Santa Catarina, por essa conquista.

Assim como a Chapecoense mobiliza todo o oeste catarinense, sentimos que há um clima diferente, até porque sentimento não se explica. Esse amor pelo esporte, pelo Joinville, a alegria da população é algo que é do coração, realmente é algo que não se explica a paixão pelo futebol.

Então, é um ganho para Santa Catarina. Vemos com alegria e vibramos com isso. Também queria parabenizar v.exa., todos os deputados e autoridades de Joinville, que estão mobilizando-se para fortalecer o nosso estado, pois o nosso maior desejo mesmo é ver três, quatro, cinco times de Santa Catarina na primeira divisão do futebol nacional. Essa força de Joinville para o estado de Santa Catarina veio para ficar.

Esse é o nosso desejo. Claro que torcemos por todos os clubes, mas esse carinho especial pelo Joinville Esporte Clube que a população tem, realmente para nós é muito importante.

Parabéns pela iniciativa e parabéns a todos os joinvilenses, a todos catarinenses.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Concedo um aparte ao deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Darci de Matos, apenas queria fazer menção sobre tudo que v.exa. falou. Realmente a paixão do joinvilense pelo Joinville Esporte Clube é algo inimaginável. Eu, na última quinta-feira, rodei aqui a narração do gol, por Charles Fischer, e ele estava chorando. É um negócio impressionante. Aliás, uma narração de Charles Fischer, que foi meu colega de Rádio de Joinville, está concorrendo a um prêmio da *Sport TV*, deputado Nilson Gonçalves, dentre os gols da Copa do Mundo.

Então, o negócio é impressionante! Ele expressou a paixão que tem, e v.exa. representou muito bem esta Casa nas audiências.

Parabéns, muito obrigado por trazer estas informações, não apenas para esta Casa, mas também para toda a torcida tricolor. E vamos lá, mesmo ontem perdendo, ainda estamos na liderança.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero registrar que o presidente Delfim Pádua Peixoto estava presente também e todos ajudaram na ascensão do JEC para a Série A, mas o grande responsável, nosso amigo, deputado Valmir Comin, é o grande presidente Nereu Martinelli, que faz uma gestão profissional.

Parabéns, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Agradeço, deputado Padre Pedro Baldissera.

Gostaria de cumprimentar o deputado Darci de Matos e o Joinville Esporte Clube pelo sucesso e sei que isso foi, deputado Darci de Matos, um planejamento que a diretoria fez para colocar o time na Série A, neste ano.

Eu quero, deputado Padre Pedro Baldissera, aproveitar esta oportunidade, pois não vou estar hoje, à noite, para dizer, deputado Gilmar Knaesel, que há quase 16 anos, quando vim para esta Casa, v.exa. era deputado estadual e, no ano seguinte, foi o presidente da Assembleia Legislativa, nesta oportunidade, procedeu à criação da TV Assembleia, a TVAL, que hoje completa 15 anos.

Eu quero cumprimentar v.exa. e todos os parlamentares que desde aquela época deram força a este veículo de comunicação que tem sido importantíssimo para o nosso...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Moacir Sopelsa, pela matemática que envolve o nosso Parlamento, concedo a v.exa. mais um minuto.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Agradeço a v.exa. e também ao deputado Nilson Gonçalves pela compreensão.

Quero também deixar registrado aqui o meu agradecimento, os meus cumprimentos e os parabéns a todos os profissionais da TV Assembleia que mostram as notícias do dia a dia do nosso trabalho aqui.

Por isso, parabéns a todos e que a TV Assembleia possa continuar crescendo e sendo, srs. deputados e sras. deputadas, esse veículo importante da divulgação do nosso trabalho.

Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, obrigado deputado Nilson Gonçalves, pela compreensão, e parabéns à TV Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Primeiramente quero dar as boas vindas ao colega Gilmar Knaesel, que passou por uma cirurgia bastante difícil em São Paulo. E hoje, para nossa alegria, vemos v.exa. aqui conosco, desfrutando deste momento.

Quero fazer minhas as palavras dos deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes em relação ao nosso coelho querido, o nosso JEC, de Joinville, que realmente balançou a região norte. Eu até diria que a euforia não é apenas de Joinville, é de toda região norte. E agora, na Série A, se tivéssemos um estádio com capacidade para 50 mil pessoas, teríamos casa lotada o tempo inteiro. Por isso, a preocupação do prefeito em ir a Brasília para ver se consegue dinheiro para melhorar um pouco mais as condições daquela arena, para que a gente possa ter um número maior de pessoas assistindo ao Joinville no próximo ano.

Sr. presidente, a razão de eu estar aqui é de cunho político. Quando me elegi vereador, em 1992,

atendia as pessoas na Câmara de Vereadores, em Joinville. E como era um número muito grande de pessoas, passei a atendê-las no plenário. E chegou o momento em que o presidente me disse que estava complicado atendê-las aqui, pois era muita gente. E foi aí que aluguei um escritório. E na época a fila ia rua afora, chegando quase na esquina. E por conta disso, fui aumentando o local para o atendimento. A partir do momento em que me elegi deputado estadual, em 1998, as coisas complicaram, porque aumentou substancialmente o número de pessoas que me procuravam.

Nós passamos por vários lugares até chegarmos numa casa amarela, que ficava na esquina da Casa da Cultura, em Joinville, que tinha lugar para estacionamento e era grande. Fomos lá, alugamos a casa amarela e, a partir daí, passamos a atender muitas pessoas. E todos se dirigiam à casa amarela para falar comigo. O escritório ficou conhecido como Casa Amarela, mas tem lá uma placa, onde está escrito: Escritório Regional, Político e Social do Deputado Nilson Gonçalves. Mas ficou conhecida como Casa Amarela, por ser amarela a casa que aluguei, não que eu tenha dado esse título àquela casa por alguma razão ou que eu tenha feito uma ONG e colocado o nome de Casa Amarela. Lá é o meu escritório de atendimento parlamentar e social ao mesmo tempo.

Acontece que lá começamos a trabalhar e a atender até 70 pessoas por dia. E aí um amigo médico, uma enfermeira se dispuseram a nos ajudar. A mãe da minha mulher, com um grupo de voluntárias, resolveu confeccionar quites de bebê, que passamos a entregar, então, quando fazíamos palestras com médicos e tudo mais. Passamos também, com outras colaboradoras, a disponibilizar cursos de manicure, tudo dentro da Casa amarela.

Enfim, tornou-se um trabalho muito grande, muito conhecido. Acabou extrapolando os limites do trabalho normal de um deputado no seu escritório. Na Casa Amarela um número de funcionários trabalha conosco, bem como colaboradores e amigos. Uma boa parte das despesas era bancada por este deputado. Tínhamos um caminhão para transportar os móveis e

objetos usados que as pessoas doavam para entregá-los aos que necessitavam.

Então, muito do que fazíamos era com custo próprio e alto. Acontece que não logramos êxito nas eleições e não tenho como continuar com o meu escritório regional. Então, no meu programa de televisão comentei sobre ter que fechar a casa amarela, o meu escritório, e os inimigos de plantão encarregaram-se de divulgar que eu apenas tinha a Casa Amarela porque era político e que, a partir do momento em que deixasse de ser político, deixaria o povo na mão. Isso se disseminou.

Sou muito cobrado por causa disso. Aí fica difícil porque já expliquei isso várias vezes na televisão, no rádio e algumas pessoas não querem compreender. Assim, assomo à tribuna no dia de hoje para dizer que não tenho condições de continuar com aquele escritório porque o aluguel é muito alto, custa R\$ 4.100,00. Esta Casa Legislativa colaborava com R\$ 8 mil por ano para ajudar a pagar o escritório, o restante do ano pagava do meu dinheiro. A partir do ano que vem, terei que cuidar da minha vida, não vou receber mais o salário de deputado. Vou alugar uma sala menor e continuar atendendo as pessoas dentro das minhas limitações, como cidadão comum.

Sei que muita gente em Joinville assiste à TVAL e por isso estou falando a respeito disso nesta tribuna para dar uma satisfação. Vou continuar atendendo as pessoas como for possível e não vou virar as costas jamais para a minha gente de Joinville.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todos que nos acompanham através dos meios de comunicação.

Primeiramente, quero dizer da satisfação de volta ao plenário desta Casa, depois de mais de um mês ausente em função de duas novas intervenções

cirúrgicas necessárias para que pudesse resolver um problema crônico, ainda oriundo de um acidente automobilístico há seis anos. Uma para resolver um problema crônico do nervo ciático que, constantemente, estava inflamado em função de um atrito que ele tinha com a parte óssea e, ao mesmo tempo, a substituição de parte da minha prótese do quadril. Quero agradecer a todos que me assistiram nesse período, especialmente, aos médicos, enfermeiros, tanto os de Florianópolis como também aos de São Paulo, onde fiz a intervenção cirúrgica final. E tenho certeza de que agora as coisas acabaram se encaixando, no bom sentido, para que possa voltar a ter uma vida com certa normalidade. Gostaria de agradecer também a compreensão do pessoal do meu gabinete, que mesmo eu estando ausente, trabalhou diuturnamente e, as boas-vindas que me foram dadas, agora, quando cheguei ao plenário.

Nesse mesmo sentido, quero aproveitar esse espaço - e o deputado Moacir Sopelsa já fez uma referência a esse assunto -, já que teremos a sessão solene às 19h, homenageando os 15 anos da nossa TVAL, um momento importante que precisa ser comemorado, pois a nossa TVAL é a terceira TV Legislativa do Brasil. A primeira TV digital do Brasil, é importante salientar isso, porque eu também não sabia, fui saber ontem. Depois o nosso exemplo, aqui, foi copiado por várias Assembleias Legislativas de outros estados e também várias Câmaras de Vereadores, a tecnologia utilizada, na época, que permitiu a sua entrada no ar.

Quero agradecer aquele momento importante a todos os deputados que me auxiliaram, especialmente à Mesa Diretora, que nos deu autonomia e voto de confiança, juntamente com o nosso eterno deputado, Lício Mauro da Silveira, que foi o primeiro-secretário, na época, e que acabou conduzindo várias ações junto com nossos servidores em busca de colocarmos a nossa TVAL no ar. Foi um momento extremamente importante e hoje a TVAL está prestando um grande serviço à democracia participativa, ao Parlamento, aos parlamentares, aos servidores da Casa, mas

especialmente, aos eleitores, à população catarinense, que através do sinal da TVAL, agora, em algumas cidades, aberto, pode acompanhar o trabalho diuturno, diário da Assembleia Legislativa, não somente em plenário, mas nas comissões, na CPIs, enfim, em todas as ações promovidas pela Assembleia Legislativa.

Então, quero aproveitar para reforçar o convite, em nome da Presidência da Casa, e será importante, se for possível, a participação de todos os deputados na sessão especial para homenagear também, especialmente, os servidores que, a longo de tantos anos, compõem a equipe da TVAL, alguns já saíram e outros, estão há pouco tempo, mas todos eles contribuíram para que a nossa TVAL fosse esse belo exemplo como veículo de comunicação, que serve também de referência a outros veículos de comunicação comercial do nosso estado. E há tantos jornalistas que buscam informações junto à TVAL para escrever as suas colunas ou suas matérias de jornais, rádio e televisão no interior do estado, que não podem estar aqui presente. É importante salientar isso.

Por último, sr. presidente, obrigado pela deferência de permitir que eu possa usar esse espaço sentado e por me inserir neste momento esportivo que aqui foi reverenciado pelo deputado Darci de Matos. Torço pelo Avaí para que possa subir para Série A. Também, especialmente, ao esforço final do Criciúma, do Chapecoense e Figueirense, para que também permaneçam elevando o esporte, o futebol de Santa Catarina que, ao longo dos últimos anos, tem melhorado a qualidade, em competência, tanto fora como dentro de campo.

Também agradeço ao nosso presidente, Delfino Peixoto, que conduz a Federação Catarinense de Futebol há tantos anos e que junto com a sua equipe e com os clubes tem esse trabalho de melhorar o futebol de Santa Catarina.

Então, quero parabenizar o JEC. E lembro, deputado Kennedy Nunes, que há muitos anos nós íamos a Joinville - que foi ao longo de muitos anos o único time catarinense a nos representar na Série A - para vermos um bom jogo de futebol e lá

torcer claro pelo JEC, que agora volta à elite. E a cidade, como aqui foi dito, comemorou muito a volta à Série A. E o Nereu, que também é nosso amigo, conduziu o JEC para o retorno à Série A.

No mais, quero agradecer o espaço e vamos estar de volta aí nos próximos dias para o nosso trabalho normal aqui na Assembleia Legislativa.

Eu quero reforçar o calendário que hoje de manhã foi aprovado na comissão de Finanças e Tributação sobre o Orçamento. A partir de hoje, está aberto para as emendas individuais, de parlamentares, já que lemos hoje o parecer preliminar que foi aprovado. Mais uma vez quero salientar que o governo, o Poder Executivo, através da secretaria de estado da Fazenda, cumpriu integralmente o acordo com esta Casa de inserir todas as emendas do Orçamento Regionalizado.

Portanto, todas as emendas aprovadas nas nossas audiências públicas, no Orçamento Regionalizado, já estão incluídas no projeto original do governo, no Orçamento para 2015.

Então, é bom salientar que o governo, através da referida secretaria e do secretário Gavazzoni, mas também com o aval do governador Raimundo Colombo, cumpre com a Assembleia Legislativa aquilo que é talvez o nosso grande compromisso constitucional, que é o Orçamento Regionalizado. E como relator da matéria espero que os srs. deputados tenham a compreensão de que as emendas apresentadas sejam macro, ou seja, emendas estadualizadas, porque as emendas regionais já atendemos no Orçamento Regionalizado.

Portanto, vamos ter esse cuidado no relatório.

No mais, vamos fazer o nosso parecer final para a apresentação em plenário do Orçamento de 2015, que está estimado em R\$ 24 bilhões, incluindo os Poderes.

É importante salientar que esse recurso não é apenas do Poder Executivo, é da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e também a nossa Udesc.

Portanto, presidente, quero aproveitar para dar conhecimento ao plenário de que estamos encaminhando a todos os srs. deputados, em gabinete, uma cópia do nosso parecer preliminar e também dos prazos do cronograma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, Especial, para hoje, às 19h, em Comemoração aos 15 anos da TVAL.

Está encerrada a sessão.